

VIVENDO A MATERNIDADE EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VIOLÊNCIA SOCIAL

Andrea Grano Marques
Marília da Mata Silva
Tânia Maria Gomes da Silva

Resumo: Este artigo apresenta a história de Fátima, moradora de uma pequena cidade do interior do Paraná, no tocante às suas experiências como mãe. Trata-se de uma pesquisa que tem como suporte teórico-metodológico os estudos de grupos vulneráveis, a história das mulheres e a história oral. Objetiva-se, sobretudo, destacar as experiências dessa mulher na vivência da maternidade numa situação de pobreza e exclusão visando fornecer informações para ações de promoção da saúde do grupo materno-infantil. Ao nos contar sobre a perda da guarda dos filhos por decisão judicial, Fátima expõe o lado sombrio das dores vividas por ela e outras mães que, por diferentes motivos, vivem uma maternidade em condições de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Pobreza, poder familiar, promoção da saúde, violência social.

Viviendo la maternidad en situación de pobreza y violencia social

Resumen: Este artículo presenta la historia de Fátima, moradora de una pequeña ciudad del interior de Paraná, en lo que se refiere a sus experiencias como madre. Se trata de una investigación que tiene como soporte teórico-metodológico los estudios sobre grupos en situación de vulnerabilidad, la historia de las mujeres y la historia oral. Se pretende, sobre todo, destacar las experiencias de esa mujer en la vivencia de la maternidad en una situación de pobreza y exclusión buscando indicar acciones de promoción de la salud del grupo materno-infantil. Al contarnos sobre la pérdida de la custodia de los hijos por decisión judicial, Fátima expone el lado sombrio de los dolores vividos por mujeres que, por diferentes motivos, viven una maternidad en condición de vulnerabilidad.

Palabras clave: Pobreza, responsabilidad parental, promoción de la salud, violencia social.

Living motherhood in poverty and social violence

Abstract: This paper presents the story of Fatima, a resident of a small city in the country side of Paraná, referring to her experiences as a mother. This research studies groups in situation of vulnerability, stories of women and their oral histories, adopting theoretical-methodological research support. The objective of this study is to highlight the experiences of this woman in the experience of motherhood in a situation of poverty and exclusion. In telling us about the loss of her children's custody by court decision, Fatima exposes the experienced pain of women who live their maternity in condition of vulnerability.

Keywords: Poverty, parenting, health promotion, social violence.

À guisa de explicação

Este artigo apresenta a história de vida de Fátima¹, 29 anos, cor parda, cinco filhos, moradora da periferia de Mandaguari, noroeste do Paraná. Apresentamos as dificuldades dessa mulher para criar os filhos e viver a maternidade numa situação de pobreza e exclusão social. Sua narrativa foi extraída de um corpus documental maior, constituído por entrevistas semi-estruturadas de vinte mulheres das camadas populares, cujas idades variavam dos 17 aos 71 anos de idade, realizadas em 2004, para uma pesquisa de doutorado. Anos mais tarde, relendo as entrevistas, percebemos ter em mãos memórias significativas da maternidade, da maternagem e, especialmente, das dificuldades enfrentadas pelas mães das camadas populares para criar os filhos seguindo o modelo de maternidade hegemônica prescrito por representantes do Estado, das escolas, dos grupos de serviços e da sociedade em geral que, por meio de discursos normativos e moralizantes tendem a desconsiderar a fragilidade econômica que marginaliza as camadas populares, impedindo ou dificultando o cuidado com os seus membros, sejam crianças, adolescentes ou idosos.

Em 2013, estimulados pela releitura das entrevistas, realizamos um estágio pós-doutoral discutindo as representações e as vivências da maternidade nas camadas populares. Nesse momento, revisitamos as entrevistas antigas e coletamos quatro novos depoimentos de duas mães e suas filhas.

Importante ressaltar que entre 2004 e 2013 mantivemos contato, ainda que esporádicos, com a maioria dessas mulheres devido ao trabalho desenvolvido junto à Comunidade Social Cristã Beneficente. Fundada pelo médico Osvaldo Alves², em 1984, a CSCB é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos que atende famílias carentes no município de Mandaguari. Muitas mulheres que integraram a pesquisa têm filhos ou netos participando dos projetos culturais da entidade ou foram, elas próprias, atendidas nas oficinas que a entidade desenvolve³. Algumas fazem parte de uma pesquisa sobre gênero, violência e saúde, que atualmente desenvolvemos junto ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde⁴.

Todas as entrevistadas moravam na periferia do município, eram analfabetas ou semi-analfabetas, nenhuma se encontrava inserida no mercado formal de trabalho e todas eram mães; a média era de 3,5 filhos por mulher.

Nesse artigo, vamos apresentar a história de Fátima, por acharmos que ela é a que melhor evidencia a violência social e a violação dos direitos humanos na vivência da maternidade pobre.

Pobreza, violência e direitos humanos

É difícil definir hoje quem são os pobres, porque o conceito clássico, marcadamente econômico, já não consegue dar conta de todas as formas de exclusões. Entendemos que a pobreza se apresenta em graus variáveis, sendo seu nível mais extremo a indigência. Vamos definir os pobres como os sujeitos expostos à insuficiência econômica, sem acesso adequado a serviços básicos de saúde, saneamento, educação, excluídos de participação política e cultural. Enfim, aqueles que na sociedade capitalista são tidos como sujeitos de menor valor humano, os marginais ou, para usarmos um termo tomado de empréstimo a Elias, os “outsiders” (2000). Nesse caso, o conceito de classe se amplia para além do pressuposto econômico, ficando marcado definitivamente pela situação de exclusão e, quase sempre, de violação de direitos e de não vivência da cidadania.

Segundo Costa (2008), foi a partir de meados da década de 1990 que a pobreza e suas consequências mais graves passaram a ter lugar central em muitos casos de violação de direitos humanos. Ao tentar esclarecer a relação entre pobreza e direitos humanos, a autora nos fala que a expressão direitos humanos gera ambiguidade, porque ora é definida como termo jurídico, ora como conceito moral. Afirma que, diante das diferentes abordagens, julgou procedente agrupá-las em três modelos conceituais: o que considera a pobreza como uma violação de todos ou diversos direitos humanos; o que considera estar livre da pobreza já um direito humano em si e, por fim, o terceiro modelo, que a define como causa ou consequência da violação de alguns direitos humanos. As três perspectivas, segundo a autora, não são incompatíveis entre si, caminhando juntas em alguns momentos, embora apresentem distinções.

Vamos sustentar nossa discussão partindo da ideia de que a pobreza é incompatível com a dignidade humana e que os indivíduos submetidos a ela têm seus direitos negados na mesma

proporção do grau de pobreza que vivenciam; ou seja, o miserável é aquele que está na escala de maior nível de violação de direitos.

Entendendo a pobreza como uma condição que viola os direitos humanos, vamos buscar sustentação em Weiss (2011), para quem os direitos são denominados de humanos não em razão de sua titularidade, mas pelo seu caráter divisório para a vida digna, tendo em foco a proteção de valores e bens essenciais para que cada ser humano tenha possibilidade de desenvolver as suas capacidades potenciais.

O tema dos direitos humanos está cada vez mais na ordem do dia. É um discurso vendável e atraente, mas, afirma Boaventura de Sousa Santos (2014), nem sempre efetivado na prática. Uma das vozes mais proeminentes na defesa dos direitos humanos das minorias, o autor afirma que a despeito de aparecer em praticamente todas as constituições, tanto do Norte quanto do Sul Global, plenamente aceito pelo pensamento político hegemônico, a reivindicação dos direitos que se torna, a cada dia, mais evidente, apresenta ambiguidades.

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Deve, pois começar por perguntar-se se os direitos humanos servem eficazmente à luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário, a tornam mais difícil. [...] Por que há tanto sofrimento humano injusto que não é considerado uma violação dos direitos humanos? (SANTOS, 2014, p. 16).

Santos (2014) afirma que situações de marginalidade a que alguns seres humanos estão submetidos não causam muita comoção porque o impacto da sociedade de informação e comunicação, por meio do que ele chama de “repetição da visibilidade, sem a visibilidade da repetição” (p. 124), associado à crescente aversão ao sofrimento, fez com que os nossos sentidos fossem dessensibilizados para a experiência direta do sofrimento dos outros (SANTOS, 2014).

Aceitando que a pobreza tem graus variáveis, consideramos que os indivíduos a ela expostos têm os direitos negados e a dignidade humana violada. Defendemos, ainda, que a maior crueldade da pobreza é o seu caráter transgeracional. Isso significa dizer que os nascidos em famílias pobres têm possibilidades de ascensão social bastante limitadas, o que os impõe o vivenciar de um círculo vicioso de exclusão.

Isso porque, embora o empoderamento social efetivamente ocorra para alguns indivíduos, com a educação ainda sendo a principal alavanca dessa conquista, indivíduos das camadas populares, com menor capital cultural, ficam sempre em desvantagem frente aos que procedem das camadas econômicas mais favorecidas e a escola, muitas vezes, funciona como reprodutora desse sistema de exclusão (BOURDIEU *apud* GONÇALVES, 2010).

Implica dizer que os indivíduos com maior poder econômico e com acesso a melhores escolas, viagens, livros, museus e outros suportes culturais, terminam beneficiadas no processo de aprendizagem. Essa desvantagem na escola tende a se prolongar ao longo da vida, reduzindo as oportunidades no mundo do trabalho e impactando negativamente os salários dos que mais necessitam. Para Coleman (2008), ao adquirir as habilidades escolares de maneira satisfatória, o aluno

tem ampla gama de empregos, mas se suas habilidades são em níveis mais baixos, ele passa a ter oportunidade muito restritas, que inclui somente os empregos mais humildes. Com empregos de menor remuneração as chances de ascensão, sejam elas profissionais, sociais, culturais, ficam comprometidas.

Experiências esquecidas

Embora as mulheres nunca tenham estado ausentes da história, a historiografia oficial não deu muita atenção às suas experiências, de modo que um grande silêncio pesou sobre elas. Somente na segunda metade do século XX, mudanças paradigmáticas importantes no mundo científico, como a validação da subjetividade e um novo entendimento sobre a documentação histórica, permitiram o surgimento de uma história das mulheres. As cartas escondidas em gavetas empoeiradas, as fotografias amareladas pelo tempo, os diários perfumados, bem como as narrativas orais se transformaram em suportes documentais de grande importância, dotadas de uma nova sensibilidade do fazer historiográfico.

Outro fator que deu musculatura à história das mulheres foi, sem dúvida, a luta empreendida pelo Movimento Feminista para garantir um espaço de participação social e visibilidade pública às mulheres. Ingressando cada vez em maior número nas universidades e nos postos de trabalhos, as mulheres conquistaram uma visibilidade social que ensejou também a representatividade no campo historiográfico. Movimento identitário e cultural, o Movimento Feminista teve um papel fundamental nessa transformação efetiva da sociedade.

Embora a luta das mulheres para se constituírem em sujeitos de direitos seja longa, datada de vários séculos, foi, segundo Gohn (2010), com o feminismo que elas efetivamente geraram uma visibilidade pública, formando um coletivo de luta. Foi, pois, a soma de todos esses fatores que possibilitou às mulheres, cujas histórias só nos chegavam timidamente e sempre pela voz e interpretação dos homens, passassem a narradoras de si (MEIHY; HOLANDA, 2010).

Desde há pelo menos quatro décadas a formação de documentos por meio de fontes orais permitiram que os pesquisadores desvendassem a vida de mulheres de todas as idades, classe, raças/etnias, religiões, nacionalidades, tensionando crenças que estavam bem estabelecidas, como a passividade feminina, por exemplo.

Observadas na sua pluralidade, as mulheres se transformaram uma fonte promissora de pesquisa para distintas áreas de estudo, constituindo saberes interdisciplinares significativos e impactantes. Dentro dos pressupostos anunciados por Morin (*apud* CAVALCANTE, 2014), que nos orienta para a construção de saberes múltiplos e nos propõe como referencial para o conhecimento o paradigma da complexidade, a história das mulheres têm permitido que questões políticas, educacionais, ambientais, geracionais e de saúde deixassem de ser apresentadas exclusivamente pelo discurso masculino.

História das mulheres e, na esteira dessas, os estudos mostraram que a despeito de uma sociedade com clara separação masculino-público/feminino-privado até pelo menos fins do oitocentos, as mulheres sempre administraram negócios, chefiam domicílios, viveram uniões consensuais, tiveram filhos ilegítimos, pediram divórcio, entre outras tantas atitudes que a historiografia tradicional,

por uma unilateralidade de olhar, não se permitiu enxergar (PERROT, 2017; SILVA DIAS, 1995; NIZZA DA SILVA, 1998).

Ao final da chamada terceira onda do movimento feminista, meados da década de 1980, a mulher aparece na agenda do Estado, sendo implantado pelo Ministério da Saúde o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher que contemplou os diferentes ciclos de vida e estratégias para a melhoria do acesso e da qualidade da atenção no ciclo gravídico-puerperal (BRASIL, 2010). A Constituição Federal de 1988, pautada no princípio da universalização dos serviços de saúde, estabeleceu as diretrizes do Sistema Único de Saúde e garantiu o amparo à saúde da mulher e da criança no âmbito legal. O atendimento da gestante foi assegurado antes e após o parto, assim como a atenção ao recém-nascido e o incentivo ao aleitamento materno, configurando-se uma rede de proteção e assistência à mulher e à criança que se intensificou nos anos consecutivos (SANTOS NETO et al., 2008; BRASIL, 2010).

Entretanto, as taxas da morbimortalidade materna e infantil continuaram elevadas e a redução tornou-se um desafio para a saúde pública brasileira, pois apesar da universalidade do acesso ao pré-natal a qualidade da assistência mostrou-se insatisfatória. Diante desta realidade foi criado o Programa Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento que preconizou atenção humanizada e com qualidade à gestante e ao recém-nascido (BRASIL, 2002). Em 2011, o Ministério da Saúde lançou a Rede Cegonha, considerada uma estratégia inovadora com o princípio de organizar uma rede de cuidados incluindo ações de promoção da saúde para o grupo materno-infantil e assegurando às mulheres “o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis” (BRASIL, 2011, p. 3).

A história de Fátima

Um encontro de história oral é cheio de surpresas. Uma chuva que cai e faz melodia nas janelas pode avivar lembranças do passado, de modo a fazer com que a memória siga rumos que nem entrevistador e nem entrevistado poderiam supor que se abririam sem que se fossem avivados esses cantos esquecidos. Lembrar, diz Rossi (2010), implica espécie de escavação ou busca voluntária da alma.

Nesse momento vamos trazer à cena os depoimentos de Fátima. Não pretendemos buscar uma verdade no seu discurso, mas antes as representações ocultas nas entranhas de seus relatos. Como todos os seres humanos, Fátima é passível de mudanças de sentimentos, de desejos, de sentidos, de modo que, se voltássemos hoje novamente ouvi-la nos contar suas histórias, certamente não teríamos as mesmas falas. Narrar o passado, já se sabe, pressupõe sempre um ato de ressignificação que se dá à luz do tempo presente (AMADO; FERREIRA, 1998). Por meio de sua experiência individual e única vamos buscar entender a dinâmica do social, os valores, as regras e as normas que regem o ser mãe nas camadas populares. O fato de não perseguirmos “o que realmente aconteceu” não impede que trabalhos com a oralidade e a memória sejam suportes metodológicos de pesquisa, bastando apenas que o olhar não se deixe emaranhar pela ingenuidade que em tudo crê ou pela desconfiança que nada valida (CHARTIER, 2011; LE GOFF, 1996).

Para Japiassu (2010, p. 224), na ordem do conhecimento humano, “uma verdade inteiramente acabada e securizante, dotada de parâmetros absolutos, só pode constituir um mito”. Verdade é, pois, conceito traiçoeiro e tanto pode ser entendida num sentido cartesiano, a narrativa “daquilo que realmente aconteceu”, quanto pela interpretação que lhe é dada pela lógica pós-moderna, que questiona toda a tríade marcadora da epistemologia científica da modernidade: verdade, razão e objetividade. Vamos ficar no meio dessas duas proposições e defender que narrativas orais são representações do vivido (SILVA, 2016; CHARTIER, 2011). Nossa entrevistada nos conta o que viveu e o que julga ter vivido. Não é improvável que sua memória individual se deixe perpassar como num cruzado de linhas pelo imaginário. Não trazemos inteiros de volta do tempo um fato, um acontecimento, uma história, diz Portelli (2016).

Se estivéssemos num trabalho jornalístico, certamente procuraríamos as fontes judiciais para nos inteirarmos de uma outra versão dessa narrativa. Não é nosso propósito, contudo, contrapor “verdades”, e nem pensamos que as fontes orais devam ser tratadas de maneira confrontativa. Poderíamos sim buscar outros suportes documentais a título de complementaridade, como fizemos em outras ocasiões e com outros depoimentos, mas aqui não é o caso.

Fontes orais, de todo modo, como qualquer outro tipo de documentação, somente se dão a ler por meio de uma teoria que abra aos pesquisadores as janelas do entendimento. Elas nos permitem a produção de uma documentação que, como qualquer outra que sirva de suporte aos trabalhos historiográficos, precisa do desvendamento do historiador (a). Desse modo, nos depoimentos de Fátima mais nos interessa as representações do vivido do que o efetivamente vivido, seguindo a lógica interpretativa sustentada por Portelli (2016, 2010). Para ele, a narrativa, tal qual a memória, não é um texto fixo, mas uma performance, uma representação, que nos dá a conhecer algo que acontece no presente em vez de ser apenas o testemunho do passado na sua inteireza.

Desse modo, nos relatos de Fátima não esperamos encontrar o passado em sentido “bruto”. Há idas e vindas no seu contar, há ambiguidades e esquecimentos e, porque não dizer, há fantasias. É preciso o historiador/a historiadora não temer o fato de que a memória implica sempre em emoção e, como tal, é tendenciosa. Mas também não o é uma ata de empresa, um relatório governamental? Mesmo quando procedentes das esferas oficiais os documentos camuflam o que não convém que se espalhe ao vento. O que Fátima nos narrou procuramos transcrever com justeza, mas não estamos mais na idade da inocência científica e há que se admitir que sempre existem subjetividades no relato de quem fala (o entrevistado) e de quem narra o relato (o entrevistador). No próprio recorte das falas há escolhas do que deve ser dito e do que deve ser calado, procedimentos que escapam à objetividade fria que a história positivista, no seu nascedouro, validou.

Aceitamos que história oral é ficção, mas não mentira. Vamos, pois, seguir o sentido dado por Geertz (1995 *apud* GATTAZ, 2010), entendendo-a sem conotação de falsidade, algo meramente oposto à verdade, mas sim uma sugestão de parcialidades das verdades culturais e históricas.

Desse modo, e sem querer validar pensamentos essencialistas, julgamos de grande importância que a historiografia se utilize cada vez mais dos relatos orais e volte o seu olhar para experiências das mulheres no tempo presente relacionadas às suas experiências relacionados à maternidade, ao parto, à maternagem; notadamente abrindo-se à exploração das maternidades contra-

hegemônicas, aquelas que são experienciadas por mulheres em situações de vulnerabilidade; que ocupam os espaços onde as violências mais facilmente se instalam.

A vida de Fátima

Todas as entrevistas com Fátima foram gravadas em sua própria residência e depois transcritas. Evidentemente, a palavra feita texto passa por um processo de depuração de procedimentos que permitem torná-lo mais fácil e agradável de ser lido. Desse modo, cortamos e recortamos os relatos, remontando-as de modo a lhes dotar de uma facilidade de leitura, impedindo que fossem meras transcrições mecânicas do diálogo entre entrevistadora/entrevistada.

Vejamos a sua história.

Fátima teve cinco filhos e dois abortos espontâneos com dois diferentes companheiros; fato usual entre as mulheres das camadas populares que costumam viver mais de uma relação conjugal em suas vidas e tendem a “dar” um filho para cada um dos homens com quem vivem (SILVA, 2016). Diz ter tentado usar anticoncepcional, que buscava no Posto de Saúde, mas teve inchaço e resolveu parar, e tanto o companheiro insistiu para que ela fizesse laqueadura que acabou concordando; tinha 28 anos: “Ah, eu não quis, mas o meu marido achou: “pare, pare” [de ter filhos]. Então, a gente parou, mas eu sonhava com mais uma menininha, porque, ah, é um sonho que a pessoa tem, não sei”.

O Brasil é um dos países com uma das mais altas taxas de esterilização feminina no mundo e as mulheres que entrevistamos achavam mais fácil a esterilização do que o uso de método contraceptivo oral (SILVA, 2013).

Pedro (2003) nos informa que, nos anos 60, no Brasil, como nos demais países da América Latina, as pílulas anticoncepcionais foram pensadas como uma tentativa malthusiana do Estado de conter a natalidade entre os segmentos pobres, mas mulheres desse estrato social acabaram não se identificando muito com o contraceptivo. Foram as mulheres mais escolarizadas, de maior poder econômico e cultural que se sentiram seduzidas pelos anticoncepcionais na busca de liberdade e autonomia sexual.

Para os pobres ter filhos está inscrito numa prática cultural que é tida como uma benção de Deus. Filhos também são tidos como uma segurança na velhice, especialmente num país com políticas públicas ainda incertas. Diz o ditado popular que “quem casa, quer casa”. Acrescentaríamos: “e filhos”. Fátima, por exemplo, acha melhor ter filho do que marido: “Se eu não tiver os pai (sic), os filho tá bom demais”.

Em pesquisa com mulheres faveladas, Cardoso (2011) concluiu que filhos são fonte de preocupação tanto quanto de alegrias, e é até possível que as mulheres pobres admitam que talvez vivessem melhor e tivessem menos preocupações se não fossem mães, mas nenhuma de suas entrevistadas achava que um casal sem filho forma verdadeiramente uma família. Essa é uma mentalidade muito resistente, ancorada na crença de que Deus ajuda na criação dos filhos, tidos como “a riqueza dos pobres”. Por isso, também para Fonseca (2000), embora nas camadas populares ocorra um movimento no sentido de controlar o número de filhos, isso não deve nos levar a pensar que ser mãe deixou de ser um desejo e um sonho, porque a noção particular de honra entre mulheres das

classes populares mostra-nos que a sua imagem pública gira quase exclusivamente em torno de dois pontos: ser uma mãe devotada e desempenhar bem suas funções de dona de casa.

Pesquisando famílias da periferia de Porto Alegre, Fonseca (2000) concluiu que as mulheres se orgulham da maternidade. O desejo por filhos, justificado por fatores afetivos e psicológicos, é identificado com força inquestionável entre os pobres. Primeiramente, como já tem sido largamente explorado, porque eles são uma segurança na velhice. Além disso, numa sociedade em que grande parte das mulheres é política, econômica e socialmente oprimida, mais do que uma de compensação social os filhos são “um meio de subjetivar o desempenho de um papel que lhe é culturalmente atribuído” (RIBEAUD *apud* SCAVONE, 2004, p. 154).

A maternidade é uma experiência sacralizada e naturalizada, espaço em que facilmente visualizamos fronteiras demarcatórias de gênero. Desde meninas, as mulheres internalizam ideias e valores, tais como as de que filhos são uma benção e de que ser mãe é a coisa mais importante na vida de uma mulher. É difícil escapar a esse destino, a essa “sina”, independentemente de pertencimento de classe, de raça ou de religião. Entretanto, ao contrário das mulheres de maior poder econômico-cultural, que têm acesso a um modelo discursivo que, já há algum tempo, passou a compreender a maternidade, especialmente o instinto materno, em uma perspectiva histórica (BADINTER, 1985), aquelas das camadas populares ainda concebem a maternidade como uma experiência profundamente essencializada, como uma condição de ser mulher, de ter alegria e benção, um *ethos*. Isso fica evidente nas palavras de Fátima: “Filho não me mete medo”.

Fátima nos conta que conheceu o primeiro companheiro numa época em que estava morando na casa de uma vizinha, porque tinha tido uma briga com o pai, que a pôs para fora de casa. Ficou sem ter para onde ir, mas recebeu o convite da vizinha que disse: “Eu não tenho nada, mas você pode entrar aqui e viver”. Tinha 15 ou 16 anos, não se recorda bem. Num sábado foi a uma festa no rodeio numa cidade vizinha e se “apaixonou na hora” [sic] por um rapaz que estava lá na baía cuidando dos cavalos. Voltou no domingo quando conversaram, ela lhe contou sua história. Ele achou que o pai não podia fazer o que estava fazendo e disse que iria em sua casa conversar: “Chegou na casa e falou: “O senhor não pode deixar essa menina na rua. Ela é uma menina. E além dela eu vou ficar também”. Ri lembrando o inusitado da situação: “Veio trazer eu e com a lábia ficou também”.

Mas a vida não era fácil, porque o companheiro era muito instável; “Veio me enchendo de filho e sumia, desaparecia”. Nem quando ela ganhou os filhos podia contar com a ajuda dele:

Um belo dia eu estava grávida [do segundo filho] ele me aparece preso em Maringá. Peguei o menino e fui lá, xinguei ele demais e ele me disse que não fizesse aquilo perto dos outros presos. Pediu um cobertozinho que estava cobrindo o menino, disse que era para ficar com o cheiro do bebê, matar a saudade e nunca devolveu. Não deu nada pro menino e ainda pegou o cobertozinho.

Cuidar dos filhos sozinha não era fácil: “M. nunca me ajudou. Quem me ajudou desde que eu saí do hospital foi a minha mãe”. Quando o companheiro saiu da prisão ela já estava com outro.

O segundo companheiro ela diz que era melhor, porque ao menos a ajudava nos serviços da casa. Além disso, “Ele catava papel e furava fossa. Era pouco dinheiro, era difícil, mas ele era um companheiro bacana, porque a mulher de dieta é difícil, mas tendo uma pessoa que traz uma água...”.

O casal coletava material reciclável e morava no fundo da casa dos pais de Fátima, próximos aos barracos de suas duas irmãs, os cunhados e as crianças. Um dia M. brigou com o sogro e foi embora, deixando-a sozinha para cuidar das crianças: “Ele não queria [cuidar dos filhos], queria encrenca. Eu queria uma casa e cuidar dos meus filhos”.

Na mesma noite em que o companheiro se foi, provavelmente algum vizinho sabendo que ela estava sozinha, tentou entrar por um buraco na parede. Ela passou a encostar o guarda-roupa para se proteger e passou a dormir no quarto dos fundos, que tinha uma porta com chave. Isso nos ajuda a entender porque, mesmo quando são provedoras da família, as mulheres pobres costumam fazer questão da presença dos homens. Numa sociedade marcada pelo machismo e pela desigualdade de gênero, a mulher sozinha carrega sempre o estigma de incompleta e está mais sujeita, junto com os filhos, à violência. No imaginário machista, uma mulher sozinha está sempre disponível.

Antes mesmo do companheiro abandonar a casa, a família vinha enfrentando problemas com o Conselho Tutelar. A razão era o material reciclável que recolhiam e colocavam no quintal. Como uma irmã e o cunhado também trabalhassem na coleta e usassem o mesmo espaço para depósito, o ambiente era pouco adequado à moradia, notadamente por causa das crianças. Fátima foi chamada para audiência por várias vezes e os profissionais que a atendiam sempre falavam sobre a necessidade de melhorias na casa. “Até que veio a carta de desabrigo. Veio um prazo de 30 dias para eu recorrer”.

Ela relembra esse momento: um dia saiu e quando voltou uma Kombi estava parada em frente à sua casa com representantes do Conselho Tutelar que a aguardavam: “Eles disse assim: ‘Prepara as coisa das crianças que eu vou levar eles’. Ixe, foi feio”. As crianças tinham, à época: 13, 12, 9, 8 e 6 anos.

Porque eu lembro que a mamadeira dele ficou aqui. A N. tinha saído e comprado doce. Nossa, que tristeza. Nós tinha passado no mercado e comprado doce. Até hoje ela fala: “Quem será que comeu meus doce?”. Os doce dela ficaram muito tempo no armário da minha mãe.

Estamos entrando em um terreno perigoso de análise, pois embora estejamos de acordo com toda e qualquer forma de intervenção que vise proteger as crianças, somos reticentes a certas medidas que, sob um olhar de proteção às famílias pobres, cometem muitas injustiças. Primeiro quando desconsideram as particularidades inerentes ao universo cultural dos pobres. Damos como exemplo as famílias monoparentais com chefia feminina. Com a saída das mães para o trabalho é comum que as crianças sejam cuidadas pelas avós, tias, madrinhas, vizinhas numa rede de solidariedade muito comum nas famílias populares. Mas há também casos em que as crianças menores ficam sob os cuidados dos irmãos e irmãs de pouco mais idade e não é raro que as mães sejam denunciadas por isso. Uma solução seria aumentar o número e a qualidade das creches e escolas para receber essas crianças. Decisão bem mais inteligente do que retirá-las da família; por sua vez, pais ou mães usuários de drogas, cujos comportamentos são claramente prejudiciais aos filhos, deveriam ser encaminhados a hospitais e centros de recuperação adequados.

Não estamos criticando as medidas judiciais ou as tentativas de ajuda da sociedade civil, mas é preciso entender que tais procedimentos, de todo modo, são ineficazes se não combatem a pobreza estrutural, se constituindo em meras medidas pontuais. Temos, nesse caso, o que Castel (2011) chama

de exclusão positiva, ou seja, medidas que embora busquem fazer mais por quem tem menos não passam de um pronto socorro social.

Continuemos nosso relato

Os filhos de Fátima foram encaminhados a um abrigo. A diretora que recebeu as crianças lhe informou que como elas eram cinco, ela deveria ficar lá para ajudar. “Eu ficar? Eu tenho 30 anos e respondo por mim. Eu vou sair e lutar para tirar todo mundo daqui. Eu tenho uma casa simples, mas é minha”. Diz ter chegado para a filha mais velha e dito: “segura a onda que eu vou ter de ir lá fora para lutar”. Aí foi um, dois, três anos e começaram a exigir condição boa, marido e eu não tinha. Aí passei uma tortura, uma vida horrível”.

Conversei com o pai de Fátima de maneira informal e ele lembrou esse momento em que lhe retiraram os netos. Confessa que foi doloroso, porque ele amava muito as crianças e acha que fazia por elas tudo o que estava dentro de suas possibilidades. Depois que as levaram ele diz que, apesar da saudade, nunca quis ir visitá-las no abrigo. E afirma com voz segura e firme: “Eu não ia pedir licença para ninguém para ver meus netos”. Diz que sofreu por cada dia que passou longe deles e guarda uma mágoa particular contra a diretora da instituição, que, segundo ele, tratou seus netos que ele e a esposa ajudavam a criar como se fossem crianças abandonadas.

No Brasil, desde o início do século XX, a prática do higienismo buscou ordenar o procedimento das famílias pobres quanto ao cuidado das crianças, encaminhando para os reformatórios as que apresentavam maior exposição aos perigos. Na década de 40 foi criado o Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Um ano depois foi a vez da criação do Serviço de Assistência a menores delinquentes e abandonados. Desnecessário dizer que eram assim definidos tão somente os filhos de pais pobres. A Constituição de 1988 e, mais recentemente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, foram medidas que buscaram ampliar os deveres do Estado e da sociedade para com a infância.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde, promulgada em 5 de agosto de 2015, foi estruturada por eixos estratégicos que contemplaram a atenção humanizada e a qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido. Assim como a promoção e o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral da criança na primeira infância, incluindo ações de apoio às famílias para o fortalecimento dos vínculos familiares, considerando a melhoria da qualidade de vida e a diminuição de maus-tratos na infância (BRASIL, 2015). A PNAISC foi elaborada em consonância com os princípios propostos pela Política Nacional da Promoção da Saúde que fortaleceu as ações de promoção da saúde da criança, destacando-se a integralidade do cuidado, a atuação sobre determinantes e condicionantes da saúde e a incorporação de intervenções de promoção da saúde no cotidiano dos serviços de atenção básica em saúde (BRASIL, 2014).

De todo modo, ainda há muito o que avançar na conquista desses direitos e na efetivação das políticas públicas, entre outras razões porque há, tanto por parte dos elaboradores quanto dos executores das propostas para a infância, certo desconhecimento sobre as condições de vida, de modo que muitas famílias julgadas pouco responsáveis com seus filhos ou netos, na verdade, têm uma ideia

de cuidado que não se encaixa totalmente no modelo esperado socialmente (SILVA, 2016, 2013, 2012; BECKER, 1998; SARTI, 2000).

Fátima admite que a casa onde vivia com a família não tinha realmente boas condições de higiene e que o marido, envolvido com drogas, pouco ajudava com as crianças. Pelos estudos de Donzelot (1980), a precariedade das moradias populares serviu de justificativa para a lógica de interferência do Estado na vida das famílias pobres, no transitar do século XIX para o XX. Nos dias atuais essa interferência continua (KLEIN, 2012, 2005; MEYER, 2006; ANJOS, 1999) e quanto mais os pobres se afastam do modelo normativo de organização familiar, tanto mais suas famílias recebem o qualificativo de desestruturadas. Amazonas (1996) também acredita que as famílias das classes populares ainda conservam suas particularidades e embora aspirem à correspondência dos modelos predominantes na sociedade, tentam adequá-los às suas reais condições de existência.

Fátima diz que era excluída da sociedade. “Gente da escola, creche, tudo me apedrejando, que eu tinha de comprar roupa, sapato e eu não tinha condição”. O corpo, por vezes, se torna texto. Fátima abaixa a cabeça, encolhe os ombros e sussurra “Falavam que eu mandava para a escola cheirando fumaça. Porque eu não tinha ferro e eu esquentava a roupa no fogão. Não tinha energia”.

Meyer (2006) e Martins (2008) afirmam que, ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicaram-se os discursos a respeito dos cuidados com os corpos femininos, especialmente os das mães, visando à saúde dos filhos, à proteção à família e ao bem-estar da sociedade. As mulheres da elite foram as primeiras a receber essas orientações “porque eram mais permeáveis às prédicas sobre a saúde física e moral dos filhos, tema caro às sensibilidades burguesas e às pretensões diferencialistas de classe e raça por meio do autocontrole e da disciplina” (MARTINS, 2008, p. 137). As mães das camadas populares, por sua vez, mantiveram-se alheias aos novos ensinamentos da puericultura. Consideradas as responsáveis pelo bem e pelo mal das crianças, essas mulheres sofreram um processo de culpabilização pelas doenças e pela morte dos filhos, pois segundo os médicos, muitas eram teimosas, ignorantes e apegadas às práticas da medicina popular, fonte de abusos e de erros. Cabia aos médicos, apoiados pelo Estado, orientá-las e conduzi-las pelo caminho da puericultura, disciplinando-as e fiscalizando as suas práticas.

Vamos seguir acompanhando a história de nossa entrevistada que continuava às voltas com a justiça para tentar reaver suas crianças. O pai dos dois filhos mais velhos já tinha uma nova companheira e nunca aparecia e M., pai das três outras crianças, embora a visitasse de vez em quando, estava envolvido com drogas, o que diminuía a chance de terem os filhos de volta. Profissionais da área de assistência e proteção à infância orientavam, sem sucesso, que M. procurasse uma clínica de desintoxicação, e ela, sem saber como fazer para reaver as crianças, procurava se manter confiante.

Minha amiga falava comigo para eu arrumar marido. Ela também tinha perdido quatro filhos, arrumou um marido que trabalhava e pegou todos eles. “Pergunta se tem passagem na cadeia. Se tiver, nem pega”; ensinava minha amiga. Aí eu perguntava [ao pretendente]. Aí falava: “eu tenho”. [Eu respondia]: “Então, me desculpa porque eu estou ficando com você para pegar os meus filhos”.

Estamos claramente diante do preconceito contra a mulher sozinha, reforçada na ideia de que somente com a presença de um homem a família se constitui na íntegra e se torna merecedora de

respeito. Sem muitas perspectivas, Fátima decidiu se mudar para uma cidade vizinha e como continuasse acreditando que, se tivesse ao seu lado uma figura masculina, conquistaria maior respeitabilidade confessa que foi “mudando de marido igual bola de futebol”. Depois de um período, retornou para a casa dos pais e foi morar com a irmã, porque a sua casa, que tinha ficado abandonada, estava em condições ainda mais precárias. E diz: “me dava uma solidão à noite”, mas uma voz interna lhe dizia que ela ia vencer, que esse dia estava perto.

A pobreza parece um terror, mas não é. Se a gente tem Deus, tem vitória. Deus me deu a pobreza, mas não ia me deixar sofrendo. Mas eu nunca tratei eles [juiz, conselheiros, equipe do abrigo] mal. Eu pensava: “seus bobos, vocês ainda vão me ver sorrindo”.

M, o ex-companheiro, acabou lhe convencendo a assinar um documento desistindo do filho mais novo; atitude da qual ainda hoje se arrepende. Um dia foi visitar os filhos e a diretora do abrigo lhe disse que ela não poderia mais ver os filhos porque eles iriam para a adoção. Num primeiro momento ela diz ter ficado sem saber o que fazer, mas decidiu seguir trabalhando. Com tempo foi fazendo pequenas reformas na casa. M. era figura incerta, mas de vez em quando aparecia, ajudava.

A luta pela guarda dos filhos durou 4 anos. Diz o ditado popular que a justiça é mansa com os ricos e dura com os pobres, mas um dia as coisas tomaram um rumo diferente.

O caso de Fátima e dos filhos vinha sendo acompanhado por uma equipe multidisciplinar do Município, envolvendo profissionais das áreas do Direito, da Assistência Social, da Psicologia e membro do Conselho Tutelar. Um dia recebeu a visita de alguns deles. Vistoriaram a casa e lhe disseram que estavam pensando em lhe “devolver” os filhos.

Fiquei toda feliz, dando glória. “A N. estava em Valinhos, em São Paulo, e o A. já estava adotado”. Eles me disseram que todos ia ser difícil. Aí eu não quis debater com eles. O preço foi grande, mas valeu a pena, porque, após tudo, veio a benção [...]. Eu já estava quase desacreditando.

Das cinco crianças, ela inicialmente conseguiu reaver três, pois duas já haviam sido entregues a outras famílias. Entretanto, houve denúncia de maus tratos por parte da família que acolhera uma menina: “Então, distrato por distrato, eu acho que eles resolveram deixar com a mãe mesmo. Ela chegou suja, descabelada, arredia. Essa é a minha filha? Eu não conhecia aquela menininha que tinha ido. Foi difícil”.

O filho mais novo não foi possível ter de volta, pois já fora entregue a uma família da cidade que, embora não impeça que ele tenha contato com os irmãos na escola, não gosta que ela, a mãe, se aproxime dele.

O ano passado, no natal, eu passei em frente em dei um presente para ele. Eles deixaram. Não sei se gostaram, mas deixaram. Eu sempre pergunto dele. Ele estuda na escola com o P. (o irmão).

Retira o celular do bolso e me mostra uma foto de criança “Olha, hoje o P. tirou uma foto dele”. Com um sorriso que eu não consigo identificar se de desalento ou de fé, me diz: “É assim”. Todavia, questionamos: tem mesmo de ser assim? Se não fosse pela condição de pobreza, seria assim?

Achamos definitivamente que não. Daí estabelecermos relação íntima entre pobreza e violência, entre pobreza e violação dos direitos humanos, pois, por mais que consideremos o Estado precisa estar atento para tutelar esses pequenos seres vulneráveis, intervindo sempre que haja situação de risco, defendemos que o olhar sobre a questão da infância pobre precisa tornar-se mais abrangente e humanitária.

Scavone (2004), afirma que a maternidade pode ser pensada numa dupla perspectiva: como símbolo de um ideal de realização feminina, tanto quanto símbolo de opressão das mulheres. Na história de Fátima a maternidade é, sem qualquer dúvida, um local por onde a violência se instalou. Mas, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas para cuidar e criar seus filhos, Fátima nos diz com um largo sorriso de convicção: “filho para mim é vitória”.

Conclusão

Quando reproduzimos uma história, conferimos sentido a essa experiência, ensina-nos o cineasta Eduardo Coutinho, em “Jogos de Cena” (2007), documentário em que reproduz, com muita sensibilidade, depoimentos de mulheres comuns. Foi o que nós, evidentemente sem a mesma maestria, procuramos fazer. Ao reproduzirmos a história de Fátima o que tivemos em mente foi colocar em cena alguém que viveu uma história de violência social. Colocar à mostra as experiências de dores e sofrimentos de seres humanos comuns é, no nosso entendimento, uma das grandes possibilidades que nos traz a história oral.

Ainda que uma dose de insegurança pesasse sobre nossos ombros ao nos aventurarmos pelo diálogo com uma mulher com a qual guardamos muitos distanciamentos - falando a mesma língua, mas nem sempre a mesma linguagem - não foi sem uma pontada de alegria que recuperamos a vida de Fátima, essa mulher comum imersa em um cotidiano de sofrimentos e perdas, mas também de sonhos e esperanças.

A formação do vínculo materno-infantil inicia-se com o desejo de gestar o bebê, sendo fortalecido por acontecimentos significativos durante a gravidez e com o contato mãe e bebê durante o período neonatal. As “negligências” maternas quanto ao estado nutricional e aos cuidados de recém-nascidos e de crianças podem ser atribuídas a falta de suporte familiar e social. Portanto, a vivência de tornar-se mãe e de exercer a maternidade é influenciada pelo contexto no qual está inserida, principalmente o suporte conjugal, familiar e dos agentes promotores da saúde.

Notas

¹ O nome é fictício.

² A autora é co-fundadora da entidade.

³ Além das oficinas de literatura, teatro, dança, música e esportes voltadas às crianças e adolescentes, a entidade realiza também o “Leitura em toda parte”, projeto de literatura desenvolvido com mulheres encarceradas; o “Grupo Terapêutico de apoio às mulheres vítimas de violência” e, em 2010 realizou o “Mãe que lê”, projeto com mães das crianças que frequentavam as oficinas culturais da entidade.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Centro Universitário de Maringá (Unicesumar).

Fonte

Jogos de cena. Direção: COUTINHO, Eduardo. *Documentário*. Brasil, 2007. DVD (104 min).

Referências

- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida et al. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, p. 11-20, 1996.
- ANJOS, Gabrielle dos. Maternidade, cuidados do corpo e “civilização” na Pastoral da Criança. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 27-44, 1999.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes históricas*, São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-201.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BECKER, Jozefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família brasileira: a base de tudo*. 3 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998, p. 60-76.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual prático para implementação da rede cegonha*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/3062>>. Acesso em: 9 de fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 9 de fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 9 de fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>>. Acesso em: 9 de fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa*. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Saúde da mulher: um diálogo aberto e participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- CARDOSO, Ruth. “É de pequenino que se torce o pepino”: consanguinidade e educação em famílias faveladas. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (Org.). *Obra reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011, p. 185-196.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BOGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2011, p. 25-54.
- CAVALCANTE, Fátima Gonçalves et. al. Desafios da interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e prática profissional. In: CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; SCIMANSKI, Edina. (Orgs). *Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 19-44.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v.13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- COLEMAN, James S. Desempenho nas escolas públicas. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Orgs.). *Pesquisa e eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 593-598.
- COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e Direitos Humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas – um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 89-119, dez. 2008.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2000.
- GATTAZ, André C. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe B. (Org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-157.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Nadia G. GONÇALVES, Sandro A. *Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

JAPIASSU, Hilton. *Filosofia da ciência: uma introdução*. Rio de Janeiro: UAPÉ, SEAF, 2010.

KLEIN, Carin. Educação de mulheres-mães pobres para uma "infância melhor". *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 647-660, 2012.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997, p. 11-44.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. *Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, ciências, saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2008.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2006.

NEDER, Gizlene. "Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil". In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 3 ed. Brasília: Cortez Editora, UNICEF, 1998, p. 26-46.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2010.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *As mulheres ou o silêncio da história*. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: deis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse uma ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS NETO, Edson Teodoro dos; ALVES, Kelly Cristina Gomes; ZORZAL, Martha; LIMA, Rita de Cássia Duarte. Políticas de Saúde Materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno-infantil. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 107-119, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria C. B (Org.). *A família contemporânea em debate*. 3 ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000, p. 39-50.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: Unesp, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 37-58.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Tânia Maria Gomes da Silva. *Quem disse que a gente vai poder com homem?: gênero e conjugalidade nas camadas populares*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

_____. Mulheres, maternidade e identidade de gênero. *Fazendo gênero 10: desafios atuais do feminismo*. Florianópolis, UFSC, 2013, p. 1-10.

_____. A experiência da maternidade entre mulheres das camadas populares. *Revista Unifamma*, Maringá, v. 11, p. 64-77, 2012.

VARIKAS, Eleni. *Pensar o sexo e o gênero*. São Paulo: Editora Unicamp, 2016.

WEISS, Carlos. *Direitos humanos contemporâneos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

Recebido em: ago. 2017.

Aceito em: dez. 2017.

Andrea Grano Marques: Doutora em Ciências pelo Programa de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo. Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Mestrado em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá – Unicesumar. E-mail: andreagrano298@hotmail.com

Marília da Mata Silva: Graduanda do curso de psicologia no Centro Universitário de Maringá – Unicesumar. E-mail: marilia0591@hotmail.com

Tânia Maria Gomes da Silva: Doutora e Pós-Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Docente dos cursos de Mestrado em Promoção da Saúde e Tecnologias Limpas do Centro Universitário de Maringá - Unicesumar. E-mail: tania.gomes@unicesumar.edu.br